

FOLHA.com
Pré-candidato
nos EUA diz
crer em teorias
apocalípticas
folha.com/no1026440

FOLHA.com
Líderes da
Nigéria recebem
críticas após
ataques a igrejas
folha.com/no1026305

Índio resiste a obras na América do Sul

Peru vira epicentro de movimento ambientalista cujo objetivo é barrar exploração de minérios, gás e petróleo

Observatório Latino-Americano de Conflitos Ambientais relata 122 focos de protesto só no setor de mineração

CLAUDIA ANTUNES
DO RIO
FLÁVIA MARREIRO
DE SÃO PAULO

Anunciado em novembro, um memorando entre a Petroperu e a Braskem para a implantação de um complexo petroquímico em Las Malvinas, sul do Peru, deverá colocar empresas brasileiras à frente do maior empreendimento no país andino.

O polo será abastecido por um gasoduto construído pela Odebrecht, sócia da Braskem. A Petrobras, a outra sócia, explora parte do gás que abastecerá a indústria.

Se não houver imprevisto, as três empresas investirão no polo cerca de US\$ 9 bilhões, calcula Jorge Barata, diretor em Lima da Odebrecht e do Grupo Brasil, que reúne 42 empresas.

O valor é quase o dobro dos US\$ 4,8 bilhões que as mineradoras Newmont (americana) e Buenaventura (peruana) preveem aplicar no que é hoje o maior projeto no Peru, o Conga, em Cajamarca.

Problema: a extração de ouro em Conga foi suspensa no início do mês, depois de uma greve geral que denunciava a poluição de fontes de água e levou o presidente Ollanta Humala a decretar emergência na região.

Enquanto Humala entra em conflito com a base que o elegeu, o Peru vira o epicentro de um movimento indígena, social e ambientalista cujo alvo são obras de infraestrutura e exploração de minérios, gás e petróleo, setores que alavancaram a América do Sul nos últimos anos.

O Observatório Latino-Americano de Conflitos Ambientais acompanha os confrontos, auxiliando as comunidades afetadas. Segundo a entidade, há 122 focos de protesto na América do Sul só na área de mineração — em especial no Peru (26), Chile (25), Argentina (24) e Brasil (21).

RESISTÊNCIA

“A região está em ebulição, em resistência”, diz Andressa Caldas, da ONG brasileira Justiça Global, que integra a campanha contra Belo Monte e a Plataforma BNDES, criada para monitorar o banco. Ainda em desenvolvimento, o projeto Las Malvinas não foi contestado por ativistas. Mas Gregor MacLennan, da americana Amazon Watch, se diz atento, lembrando a mobilização contra o início da produção de gás em Camisea.

A Amazon Watch divulgou o processo no qual a Chevron foi condenada em fevereiro, no Equador, a pagar indenização de US\$ 18 bilhões, por poluir a floresta — a empresa está recorrendo. Em novembro, a ONG levou líderes peruanos da etnia shuar ao Canadá, para testemunhar contra a mineradora Talisman.

No Peru, as operações suspensas por protestos neste ano incluem mais duas minas (canadense e americana) e quatro de cinco hidrelétricas previstas em acordo com o governo Lula. No resto da vizinhança, três projetos de empresas brasileiras já sofreram paralisação temporária.



Andinos na lagoa Cortada, em Cajamarca, protestam em novembro contra a exploração de ouro em Conga; extração foi suspensa no início do mês

Mesmo no Chile, que a brasileira EBX diz preferir, junto à Colômbia, por oferecerem maior “segurança jurídica”, há um clamor nacional contra hidrelétricas da espanhola Endesa na Patagônia.

As reivindicações começam pela consulta prévia a indígenas afetados, prevista em convenção da Organização Internacional do Trabalho, mas não param aí. Outro tema é a exigência de contratação de mão de obra local.

Na Argentina, a Vale, alvo de uma frente global de “atingidos” por suas atividades, fez acordo para contratar 75% dos funcionários na província onde explora potássio.

As empresas argumentam que dão contrapartidas sociais e respeitam as leis nacionais. O embaixador brasileiro no Peru, Carlos Alfredo Teixeira, afirma que a cadeia do plástico deverá gerar 60 mil empregos no sul. “Posso garantir que tudo está sendo feito com o máximo de cuidado social e ambiental.”

Parte dos ativistas, porém, vê nos programas de “responsabilidade social” tentativas de “comprar” comunidades.

O movimento não é homogêneo. Uma parte propõe mudança radical no modelo de exportação de commodities; outra apoia a redução de danos pela “economia verde”, que busca no mercado solução para o nó ambiental.

A Conservação Internacional assessora o governo do Equador no programa Sécio Bosque, que remunera comunidades que preservam a floresta. “Fazemos tudo com base em ciência. Procuramos replicar bons exemplos”, diz Fabio Scarano, diretor executivo da ONG no Brasil.

Governantes de esquerda do Equador e da Bolívia acusam o movimento de ser manipulado por interesses contrários ao desenvolvimento. Andressa Caldas refuta a tese. “O revival do discurso nacionalista-ufanista de segurança nacional, de proteção da Amazônia, me parece paupérrimo”, afirma.

EXPANSÃO BRASILEIRA

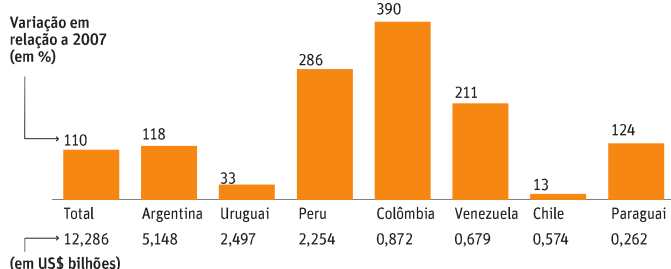
Principais empresas brasileiras com negócios em matérias-primas e infraestrutura na América do Sul



Maiores investimentos iniciados nos últimos cinco anos

Empresa	País	Negócio	Valor (em US\$ bilhões)
Vale	Argentina	Produção de potássio	5,9
EBX	Chile	Construção de usina térmica	4,4
Vale	Peru	Mina de fosfato	0,566
Votorantim	Colômbia	Compra de siderúrgica	0,491
Votorantim	Peru	Controle da mineradora de zinco Milpo	0,420
Petrobras	Chile	Compra dos ativos da Esso	0,400
Vale	Colômbia	Minas de carvão	0,300
EBX	Colômbia	Produção de carvão mineral	0,241
Vale	Chile	Mina de cobre	0,140
Votorantim	Chile	Compra de participação na cimenteira Bio Bio	0,100

Estoque de investimento brasileiro direto na América do Sul, em 2010*



*Os números do BC são subestimados porque não incluem investimentos feitos a partir de subsidiárias no exterior
Fontes: Banco Central, BNDES, sites das empresas e Index de Investimentos Brasileiros na América do Sul e México, do Cindes (Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento)

Divergência sobre convenção da OIT alimenta conflitos

DO RIO
DE SÃO PAULO

Sob a observação de investidores, o governo Ollanta Humala definirá nas próximas semanas como interpretará a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que estabelece o direito das comunidades indígenas à consulta prévia sobre projetos que as afetarão.

O princípio é aceito pelos países da região, mas a forma como a consulta deve ser feita agita o debate da Amazônia à Patagônia. Para os governos, os indígenas não têm a última palavra. Ou seja: uma etnia não pode impedir a exploração de uma jazida de ouro sob seu território se isso representar ganho irrefutável para todo o país.

O Brasil considera que essa também é a interpretação da própria OIT, desde que a consulta seja “de boa-fé”.

Cinco organizações indígenas peruanas formaram um pacto de unidade para pressionar o governo. Elas defendem que em ao menos oito casos específicos, incluindo traslado de população ou depósito de produtos tóxicos na zona, as comunidades têm de dar seu “consentimento”.

O “consentimento” não está na convenção da OIT, mas na Declaração da ONU sobre os Povos Indígenas, de 2007. Todos os países sul-americanos aprovaram a declaração, mas consideram que ela não tem força jurídica.

“Não estamos pedindo poder de veto indeterminado. Falamos de situações específicas, que põem em risco a continuidade da comunidade. Está na hora de fazer um grande movimento regional, criar um consenso como o que existe contra a pena de morte”, explica Raquel Yrigoyen, que assessorou o pacto de unidade. (CA e FM)

FOLHA.com
Leia sobre investimentos
do Brasil no Peru
folha.com/1026441

FOLHA.com
No Brasil, dispersão
enfraquece movimento
folha.com/1026443